

# ANÁLISE DE CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL<sup>1</sup>

Jefferson Marçal da Rocha<sup>2</sup>

Francis Casagrande Zanella<sup>3</sup>

## Resumo

A Metade Sul (MS) do Rio Grande do Sul (RS) foi, a partir da década de 1980, uma das regiões brasileiras alvo das políticas de assentamentos rurais, dado especialmente a pressão exercida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento procurava, a partir da pressão política e social, combater um histórico processo fundiário latifundista na região, notoriamente causador de injustiças sociais e baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. O objetivo deste trabalho foi analisar a partir de indicadores socioeconômicos, a repercussão da aplicação de políticas públicas nos assentamentos da MS, tendo como referência assentamentos de São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Alegrete, Manoel Viana e São Francisco de Assis, todos implantados a partir de 2008. A metodologia consistiu de análises bibliográficas e documentais e análises qualitativas, a partir da análise de discurso, das entrevistas realizadas com assentados. Os resultados apontam: a) para uma heterogeneidade nas estratégias produtivas dos agricultores assentados; b) identificam conflitos característicos da agricultura familiar, como relação entre monocultivos e diversificação, o individualismo e associativismo, produção convencional e agroecológica entre outros; c) concluem que há uma resistência da sociedade da MS avessa a projetos de redistribuição de terra e d) também constatam que há uma insuficiente política pública de permanência e consolidação nos assentamentos analisados. Neste contexto surgem como potencialidades algumas iniciativas pontuais ligadas a pluriatividade da agricultura familiar. Estratégias não necessariamente

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS (Bolsa PROBIC/Fapergs) e do CNPq (Universal 2013/2015).

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, professor adjunto da Universidade Federal do Pampa, Pesquisador CNPq (2). jeffersonmrocha@gmail.com

<sup>3</sup> Discente do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Unipampa. Bolsista IC/Fapergs. franciszanella@gmail.com

agrícolas se tornam alternativas de auxílio à reprodução socioeconômica das famílias de agricultores assentados na região.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural Sustentável; Reforma Agrária; agricultura familiar.

## **Introdução**

A questão agrária na Metade Sul (MS) do Rio Grande do Sul (RS) é caracterizada por um processo que conduziu à concentração fundiária em sua ocupação. A origem dessa característica é atribuída à forma de distribuição de terras do RS pela Coroa Portuguesa ainda nos primeiros séculos da ocupação do território brasileiro. Esta se deu no interesse político-militar em meados do século XVIII na distribuição de grandes lotes de terra, as denominadas sesmarias, com a finalidade de garantir o domínio político da região para Portugal, no conflito militar/político com a Coroa Espanhola (ROCHA, 2011).

Nesse aspecto as desigualdades sociais da MS oriundas deste processo formaram na região classes sociais extremamente desiguais no sentido político e econômico, de um lado grandes latifundiários com capacidade de reprodução econômica extremamente favorecida na trajetória da expansão capitalista (agronegócio de *commodities* em especial) e de outro, uma classe social desprovida de qualquer meio de produção, que se destinou a trabalhos baixamente remunerados e submetidos aos interesses econômicos e políticos dos primeiros.

Foi só a partir de 1980 que os movimentos sociais ligados a reforma agrária alcançaram significativas conquistas na região. A emergência de encontrar colocação para a população excedente da zona rural da Região Norte do Estado, devido ao resultado da subordinação ao capital agroindustrial que gerou êxodo rural, aliada à estagnação econômica e formação latifundiária na MS, além das pressões exercidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para desapropriações na MS, foram fatores determinantes para as políticas de assentamentos implantadas nesta região (ALVES et al., 2007).

Neste trabalho se analisam características das estratégias de desenvolvimento dos assentamentos e como políticas públicas estão repercutindo em alguns municípios da região Fronteira Oeste, uma sub-região da MS do RS.

As características da agricultura familiar são aqui analisadas com base na lógica da agricultura camponesa. Os camponeses, ao contrário do que se pensa, não desapareceram. São os pequenos agricultores que permanecem na busca cotidiana por autonomia, visando o uso sustentado do capital ecológico orientado à defesa e melhoramento das condições de vida (PLOEG, 2008).

As políticas públicas cuja repercussão foi analisada são consideradas significativas para a consolidação dos assentamentos. As políticas analisadas foram: acesso a crédito e fomento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; obras de infraestrutura básica (água, energia elétrica, estradas); Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A realidade social dos assentamentos é analisada a partir das representações sociais contidas nos discursos dos agricultores entrevistados (MINAYO, 2011; MOSCOVICI, 2011).

Este texto está dividido em três tópicos, além desta introdução: no primeiro tópico se explicita a metodologia utilizada; no segundo tópico trata-se dos resultados obtidos nas pesquisas. Neste optou-se por subdividi-los em aspectos que foram analisados na investigação; e por último se faz uma síntese dos resultados nas considerações finais.

## **Metodologia**

Como metodologia utilizou-se de questionários e entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores assentados, além da análise de documentos e bibliografias.

O caráter das entrevistas não foi de construção de um diagnóstico sobre os assentamentos visitados, mas de identificação de um conjunto de tendências através da pesquisa qualitativa, que refletem a realidade vivida pelos assentados em relação às políticas públicas e outros aspectos da organização social dos agricultores familiares na região. Esse levantamento de tendências contribui para a identificação de novos problemas de pesquisa. Portanto, os aspectos identificados não esgotam o debate, mas abrem perspectivas de aprofundamento e planejamento de novas pesquisas e projetos.

Considera-se que a pesquisa qualitativa nas ciências sociais se atém a aspectos não suficientemente quantificáveis ou que não deveriam ser quantificados, facilitando a descrição da complexidade da realidade social pesquisada. A realidade social dos

assentamentos nesse caso é analisada a partir de significados, representações, valores, atitudes (MINAYO, 2011). O discurso dos assentados, através da análise de conteúdo, permite descrever os aspectos que possuem indicadores quantitativos e qualitativos para inferir sobre as condições de produção deste determinado discurso (BARDIN, 1977).

No contexto da abordagem qualitativa os indicadores são os discursos dos assentados que expressam opiniões conceituais e ideológicas sobre os assuntos pesquisados. Foram tomados também como indicadores as características produtivas, formas de organização e condições socioeconômicas. Optou-se por não identificar, em nenhum momento no texto, as “falas” dos entrevistados, pois considera-se que a interpretação textual, no contexto da apresentação deste trabalho, não é relevante.

Foram entrevistados em torno de 10 representantes dos assentados de cada um dos seguintes assentamentos: Assentamento Itaguaçu no município de São Gabriel; do Assentamento Novo Horizonte II em Santa Margarida do Sul; dos Assentamentos Novo Alegrete e Unidos pela terra em Alegrete; do Assentamento Santa Mercedes/Gleba B em Manoel Viana (apenas 7 famílias) e do Assentamento Jaguari Grande em São Francisco de Assis, todos pertencentes ao núcleo operacional do INCRA de São Gabriel quando realizada a pesquisa. Nesses municípios a característica comum é a recente criação dos assentamentos, todos a partir de 2008.

As entrevistas foram realizadas no período entre outubro e novembro de 2012 e consistiram da participação dos entrevistadores em assembleias dos assentamentos junto ao INCRA e COPTEC, acerca da liberação de créditos para os assentados. Fato aproveitado pelos pesquisadores para realizar as entrevistas.

## **Resultados e discussão**

Neste tópico serão discutidos os resultados da investigação, a partir da análise dos questionários aplicados, considerando temas abordados durante as entrevistas.

### ***Região e cidade de origem das famílias e forma de ingresso no assentamento***

Constatou-se que a origem das famílias assentadas é do RS. A maioria dos municípios citados pertence à região norte do estado: Júlio de Castilhos, Sarandi, Panambi, Carazinho, Miraguaí, Três Passos, Voçoroca e Jóia, mas também foram citados municípios da região metropolitana: Canoas, São Leopoldo e Porto Alegre e da também da MS: São Gabriel, São Borja, São Luis Gonzaga.

Essa tendência de assentados oriundos da região norte do estado reforça a proposição de que as pressões pela reforma agrária na Metade Sul se deram sobremaneira por agricultores que passaram por processos de êxodo rural nesta região, no contexto da modernização da agricultura e expansão dos pacotes tecnológicos da denominada Revolução Verde, vivida nessa região principalmente a partir da década de 1970 (ANDREATTA et al., 2009; ALVES et al., 2007).

O fato da maioria dos agricultores serem de origem da região norte do Estado, é explicitado pelas percepções destes agricultores sobre as diferentes condições sociais e ambientais encontradas na MS, contrastando principalmente nas técnicas intensivas de produção, concentração fundiária e características ambientais/produativas.

Um aspecto em comum para a maioria dos assentados quanto à fase imediatamente anterior ao acesso aos lotes, é a passagem por acampamentos dos movimentos sociais. Apenas uma parte pequena é composta pelos antigos caseiros e moradores da propriedade desapropriada. O período nos acampamentos sociais é lembrado como uma fase de extremas dificuldades para as famílias, mas também como espaço para trocas culturais e de aprendizagem.

Um outro grupo de agricultores também é proveniente do acesso viabilizado por editais do INCRA, prática comum a partir da década de 2010, para ocupar os lotes vagos abandonados dos assentamentos. Essa estratégia de ocupar lotes vagos ocorreu principalmente porque o INCRA teve dificuldades em desapropriar as propriedades improdutivas em períodos de estiagem. Também se deu devido à limitação dos recursos financeiros destinados pelo governo federal conforme o Relatório de Gestão da Superintendência Regional 11/RS do INCRA. Outro motivo que levou a ocupação de lotes vagos por meio de editais específicos foi a quantidade de abandonos de lotes nos assentamentos. A evasão nos assentamentos do RS é de 22% em média, sendo que para a Metade Sul, chega a 30% e ultrapassa 40% na região de Bagé (MELLO, 2006).

### ***Evasão nos assentamentos***

O conceito de evasão considerado neste tópico se refere à presença de lotes vagos em assentamentos, o que ocorre quando uma família ou indivíduo aceita se instalar no lote disponibilizado e posteriormente, por diversos fatores, desiste dessa propriedade. A evasão é um processo corrente na região. Em alguns casos o assentado se instala no lote e logo desiste por não se adaptar à região e volta para o acampamento,

sendo que existe respaldo legal para essa atitude, não é obrigação aceitar o lote inicialmente.

Nos casos de assentados que permanecem por mais tempo e evadem posteriormente, são outros motivos os apresentados, sendo que não foi possível identificar um principal. Entre os motivos de evasão citados destacam-se: o atraso na liberação do crédito (no caso do crédito fomento foi de 3 anos em média na região); a falta ou precariedade de infraestrutura (água, estradas, habitação, energia elétrica); conflitos entre famílias e o grupo geral de assentados do assentamento (falta de coesão social); isolamento da família do grupo geral de assentados do assentamento; isolamento da família de seus parentes e amigos; falta de aptidão com a agricultura e falta de apoio técnico inicial.

Por outro lado, percebe-se também alguns fatores que contribuíram para a permanência de assentados. Conforme os relatos há vantagem para assentados que trouxeram conhecimentos sobre manejo agrícola, que tinham recursos financeiros, materiais e sementes, além de apoio financeiro e material da família e/ou conhecidos instalados em outro local, fatores também reconhecidos por Quinteiro (2009) que os denominou como “aportes econômicos e sociais” (p. 168). A ausência de conflitos com outras famílias e uma boa convivência no assentamento são também considerados fatores positivos para a permanência.

### ***Trabalho remunerado fora do assentamento***

O acesso a terra como prerrogativa dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária pressupõe que com terra e com condições básicas para reprodução socioeconômica as famílias serão fixadas no campo com qualidade de vida e reflexos socioeconômicos na região em que se inserem. Entretanto, quando a terra é disponibilizada, mas as condições básicas não são atendidas, a fixação almejada para esses agricultores nem sempre é possível, pois estes não são capazes de atingir por completo a renda necessária para seu sustento, apenas com o trabalho na terra. Quando esse processo ocorre, sem que haja evasão, o principal reflexo é a saída temporária de agricultores em busca de trabalhos assalariados na região ou em outras regiões em determinados períodos do ano.

A maioria dos entrevistados relatou que ainda é muito difícil se manter trabalhando apenas no lote, devido a diversos fatores limitantes, principalmente da precariedade das políticas públicas em viabilizar o processo produtivo agrícola dos

assentados. Essa realidade não é esperada pelas políticas de reforma agrária que prezam pela permanência e manutenção dos agricultores trabalhando na terra (MDA/INCRA, 2003). Nos assentamentos pesquisados existe uma saída considerável de trabalhadores, tanto os solteiros como os acompanhados, para buscar renda na cidade mais próxima ou em cidades distantes.

Destacam-se as saídas sazonais para safras nas cidades de Vacaria, na colheita de maçã, e na serra gaúcha na colheita da uva e também na safra do pêssego na região sul do RS (cidade de Pelotas). Foi constatado também um fluxo de uma minoria dos assentados para busca de trabalhos diversos na região metropolitana. Considera-se ainda a saída de trabalhadores para trabalhos eventuais nas cidades próximas ou em propriedades agrícolas fora do assentamento. O período que esses trabalhadores passam fora de casa varia de 1 dia a mais de 2 meses.

### ***Fator distância do assentamento entre a cidade e rodovias asfaltadas***

O objetivo neste aspecto foi avaliar qual a importância de um acesso próximo de centros urbanos, ou mesmo de uma rodovia asfaltada, para viabilizar o escoamento da produção e o acesso a outros empreendimentos urbanos.

Esse fator é considerado importante para os assentados, principalmente quando essa distância é via estradas vicinais, encontradas em péssimas condições em todos assentamentos pesquisados. No assentamento Jaguari Grande onde a distância era de 1 a 5 km via estrada de chão até a rodovia, a perspectiva foi positiva, principalmente por aproveitar o fluxo mais contínuo de caminhões de frete pela estrada asfaltada.

No assentamento Novo Horizonte II, o mais próximo de um centro urbano, e também próximo da BR 290, a evasão foi a menor de todas, sendo de 2 famílias num total de 80. Não se considera esse como o único fator dessa baixa evasão, mas deve-se considerar sua relevância, pois é considerada importante a curta distância entre a cidade e o assentamento pelos entrevistados.

### ***Produção agrícola***

No aspecto da produção agrícola foi objetivo deste trabalho, identificar os principais alimentos produzidos e se a orientação dessa produção está sendo baseada na especialização em monocultivos ou na diversificação, entre alimentos para autoconsumo e comercialização.

A produção da maioria dos assentados entrevistados é diversificada, onde também é presente em muitos casos a produção de monoculturas em porções do lote, mas não de forma especializada. São cultivados em diferentes escalas diversos produtos, como: melão, melancia, batata-doce, mandioca, amendoim, pipoca, cebola, abóbora, moranga, mogango, melancia, alface, rabanete, rúcula, alho, feijão, milho, soja, arroz, entre outros. Destacou-se a produção de leite, pois ao contrário da maioria dos produtos colhidos em safras sazonais, o leite gera uma renda mensal fixa.

Existem conflitos entre a orientação do INCRA e a opção de produtores que buscam produzir no seu lote soja e outras monoculturas altamente dependentes de insumos externos e pacotes tecnológicos do agronegócio. A assessoria técnica e o INCRA não consideram essa forma de produção como segura do ponto de vista da manutenção do assentado, e visam o investimento em linhas de produção que consolidem os assentados e equipem o lote com infraestrutura. Não é a tendência das políticas a liberação de créditos para produções de risco, como no caso de monoculturas frágeis a períodos secos e variações nos valores de mercado.

Devido a essa variabilidade das formas de produção tanto diversificadas como persistentes na produção de monoculturas, ainda é difícil traçar um perfil sobre a produção agrícola sem um levantamento mais abrangente dos sistemas de produção. Isso se deve também ao estágio inicial de consolidação dos assentamentos e à própria heterogeneidade da agricultura familiar, que toma decisões e orientações diferentes mesmo sob condições (ambientais, sociais, econômicas, políticas, culturais) relativamente homogêneas e circunstâncias estruturais similares (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011).

Os créditos de fomento do INCRA para esses assentamentos foram empenhados no final de 2012 e ao longo de 2013. A aplicação desse recurso teve um direcionamento para linhas de produção que tivessem um caráter estruturante para o lote na concepção dos gestores desses recursos públicos. A ideia é que o investimento da família se mantenha no lote.

Outro incentivo é para produção com diferenciação no mercado, como no caso de alimentos orgânicos. As linhas de investimento orientadas foram: gado leiteiro, arroz orgânico, produção para participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e ainda outras produções justificáveis, como no caso da apicultura. A aplicação do crédito na produção de monoculturas como soja não foi orientada pelo INCRA, pois representa um



investimento de risco com perdas e não se refletir em resultados positivos caso ocorram intempéries ou variações no mercado. O investimento em linhas de produção que estruturam o lote foi prioridade na aplicação desses recursos.

Deve-se considerar ainda que esse crédito deveria ter sido aplicado ainda na fase de implantação dos assentamentos, o que não ocorreu, para que os lotes tivessem mais estrutura e condições de produção. Essa era uma das maiores demandas dos assentados, tanto para diminuição da evasão, quanto para proporcionar um mínimo de renda e qualidade de vida, principalmente para os assentados mais desprovidos de recursos.

### ***Tamanho dos lotes***

Uma das questões consultadas nesta pesquisa foi sobre a compatibilidade do tamanho dos lotes implantados para os assentados em relação à capacidade de suporte do modo de produção mais intensivo em trabalho da agricultura familiar. Esse modelo mais intensivo em trabalho e em densidade demográfica, em termos de compatibilidade regional, é comparado à produção pecuária de baixa lotação em propriedades de maiores extensões de terra, que é característica da pecuária produzida em escala familiar no bioma Pampa<sup>4</sup>, um modelo conhecidamente sustentável de exploração para este bioma (CRUZ; GUADAGNIN, 2011).

O principal questionamento feito sobre a compatibilidade é acerca das técnicas de produção que viabilizarão a manutenção das famílias assentadas de forma sustentável com a produção apenas em seu lote de terras. Práticas excessivamente intensivas poderiam comprometer os recursos naturais das propriedades a médio e longo prazo, o que inviabilizaria o sustento das famílias a partir da produção agrícola no lote. Foi objetivo identificar as principais considerações dos entrevistados sobre o tamanho dos lotes e a capacidade de reprodução socioeconômica.

As opiniões sobre o assunto geralmente consideram em um primeiro momento os lotes pequenos, pouco viáveis para o consumo próprio e para comercialização. Entretanto, como muitos afirmam, “*dá pra viver*”. Na opinião dos entrevistados, em lotes com menos de 15 hectares de áreas viáveis de plantio, como é o caso da grande maioria, a produção deve ser orientada para a diversificação, de forma estruturada, com renda fixa e valor agregado.

---

<sup>4</sup> No contexto deste trabalho iremos considerar o termo Bioma Pampa, para se referir ao conjunto de ecossistemas que compõe esta região, será utilizado ao referir-se aos aspectos ecológicos desta mesma.

Seguindo princípios da pluriatividade as propriedades podem oferecer essa diversificação em atividades não agrícolas e até no setor de serviços, como é o caso do turismo (SCHNEIDER, 2001). Indo mais além, estas iniciativas podem se constituir em estratégias características das multifuncionalidades da agricultura familiar, na medida em que representem “funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária” (SABOURIN, 2005). Um caso que merece atenção foi de um assentado que além de sua produção agrícola local comercializa objetos antigos (principalmente facas) em eventos e feiras, o que lhe gera uma renda considerável e não agrícola sem tomar excessivo tempo fora do lote. Tomando esses princípios, os agricultores acreditam que existe uma boa possibilidade de consolidação de estratégias neste sentido.

Também vale considerar os casos de agricultoras organizadas na comercialização de pães, biscoitos, doces e salgados, em organizações denominadas por elas como padarias, voltadas ao atendimento de consumidores fixos, comerciantes locais e feiras locais da agricultura familiar.

Boa parte dos entrevistados também acredita que o futuro do assentamento não é de um progresso econômico em suas propriedades a exemplo de uma agricultura empresarial, mas que poderão levar uma “*vida tranquila*”, com condições de renda básicas e com qualidade de vida. Isso demonstra uma racionalidade própria de camponeses, voltados ao melhoramento das condições de vida, e não unicamente à maximização do lucro (PLOEG, 2008).

Atualmente os agricultores ainda aguardam a liberação de mais créditos pelo governo e acreditam que a partir disso a situação pode melhorar, pois é fato que a grande maioria não está conseguindo produzir e sobreviver apenas a partir da produção do lote. Para eles, a falta de créditos aliada às limitações da assessoria técnica está dificultando a utilização adequada do lote e o manejo para a produção diversificada.

Percebe-se que os produtores que investem em monoculturas, na maior parte do lote são os que correm maiores riscos na sustentabilidade de sua produção, tanto em relação à dependência do investimento em pacotes tecnológicos e das variações de preços no mercado, quanto com a exploração de forma excessiva dos recursos naturais do lote.

### ***Agricultura orgânica e transição para agricultura agroecológica***

Tanto em nível teórico como prático existem diferenças entre os conceitos de agroecologia e agricultura orgânica. Ambos se diferenciam do modelo convencional de agricultura difundido pelos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Nos assentamentos buscou-se indícios de como a adoção desses modelos se manifesta entre os assentados, pois é uma prerrogativa tanto dos movimentos sociais como das políticas públicas que seja adotada a transição agroecológica.

A agroecologia integra conceitos da ecologia aplicada e da agronomia voltada à ecologia. Seu objetivo é manejar agroecossistemas gerando impactos mínimos para uma produtividade sustentada. Foi o conceito de ecossistema que deu estrutura para examinar a agricultura com perspectiva ecológica, analisando ciclos e modelos conceituais que indicam a sustentabilidade de um agroecossistema, conceito que foi adaptado para a análise integrada de uma propriedade rural (GLIESSMAN, 2005; ALTIERI, 2012).

A transição para modelos de agricultura sustentáveis por meio da agroecologia, passa necessariamente pela transição agroecológica em seus quatro passos, conforme Gliessman (2005):

- 1) aumento da eficiência de práticas convencionais, reduzindo o uso de insumos externos;
- 2) substituição de insumos e de práticas convencionais por práticas da agricultura de base ecológica;
- 3) redesenho do agroecossistema baseado em processos agroecológicos; e,
- 4) restabelecimento de uma ligação direta entre produtor e consumidor.

A agroecologia, portanto, pode ser analisada como uma das estratégias de resistência da agricultura familiar frente ao modelo hegemônico do agronegócio (ROCHA; BRANDENBURG, 2003) ou, no contexto da Metade Sul e do Bioma Pampa às limitações impostas pelo tamanho do lote (ROCHA; ZANELLA; CRUZ, 2013).

A maioria dos assentados entrevistados tem como princípio evitar o uso de agrotóxicos ou usar o mínimo possível na produção de alimentos. Isso não quer dizer que alguns não tenham plantio de monoculturas ou que não utilizem agrotóxicos como forma de controle da vegetação espontânea ou de insetos e fungos. Esse tipo de comportamento reflete o passo inicial da transição agroecológica, onde os insumos externos são reduzidos e melhor aproveitados no agroecossistema (GLIESSMAN, 2005).

A agroecologia ainda é pouco considerada como solução produtiva pelos agricultores familiares dos assentamentos. Os principais motivos identificados estão

ligados à falta de conhecimento técnico dos assentados sobre os processos ligados a transição agroecológica.

A ATES tem como uma de suas referências a orientação para a agroecologia, entendida como um modo de produção viável no contexto da agricultura familiar dos assentamentos. Apesar dos esforços esse programa enfrenta limitações para impulsionar mudanças significativas, tanto em relação a sua metodologia de trabalho e orientação teórica, quanto nos processos de produção, como será discutido nos próximos capítulos (PICCIN et al., 2012).

Ainda estão incipientes para a maior parte dos assentados os passos mais avançados do processo de transição agroecológica, onde os fatores bióticos e abióticos da propriedade são manejados a favor de produtividade e complexidade ecológica, distanciando-se dos modelos homogeneizadores difundidos pelos pacotes tecnológicos da agricultura convencional.

Notou-se que a intenção da maioria dos agricultores entrevistados é de avançar na transição agroecológica, porém as limitações de assistência técnica, dos aspectos ecológicos e da necessidade de produção agrícola mais imediata, não permite um avanço mais efetivo deste tipo de produção entre os agricultores assentados.

A produção orgânica mais significativa na região é a de arroz orgânico nos assentamentos das cidades de São Gabriel e Santa Margarida do Sul, seguida pela produção de hortaliças para consumo próprio e venda de excedentes. Ainda é limitado o controle de sementes crioulas e conhecimento dos princípios e aplicações da produção orgânica e/ou do manejo agroecológico, mas alguns entrevistados se mostraram conhecedores destas tecnologias e inclusive, alguns, se destacam quanto ao aspecto do escoamento da produção.

Para uma análise mais ampla da agroecologia nos assentamentos da região ainda é necessário um maior aprofundamento e uma sistematização das experiências em execução, além do entendimento das representações sociais, ou seja, dos significados deste modelo como estratégia para a permanência dos assentados.

### ***A perspectiva de agricultura***

No aspecto da perspectiva de agricultura preconizada pelos assentados, percebe-se que existem algumas percepções diferenciadas, isto se deve à heterogeneidade dos agricultores assentados em relação à região origem, a trajetória de vida, a militância pela reforma agrária, entre outros.

Entende-se nesse trabalho como perspectivas a agricultura camponesa e a empresarial, com suas diferenças destacadas a seguir, considerando suas inter-relações e a ausência de polarizações, como destaca Ploeg (2008). A agricultura camponesa seria aquela agricultura que visa o uso sustentado do capital ecológico orientado à defesa e melhoramento das condições de vida. A agricultura empresarial está ligada ao capital financeiro e industrial, tendo como objetivo o aumento de escalas e especialização voltada ao mercado, características do agronegócio.

Percebem-se tendências entre os assentados que variam entre posturas fortemente camponesas e posturas que incorporam alguns aspectos da agricultura empresarial. Parte deles adota uma postura que defende a produção sem uso agrotóxicos, porém adotam algumas práticas ligadas ao uso dos pacotes tecnológicos, mas buscam reduzir a dependência aos poucos. Por outro lado ainda existe um outro grupo de agricultores que não percebem problema na utilização ou que ainda não vê outra perspectiva de produção como viável a não ser as práticas já tradicionais da revolução verde.

Essa diferença de percepção não se configura num conflito explícito até o momento, mas demonstra ser um em potencial e necessita de medidas mais efetivas de mediação. O uso de agrotóxicos por alguns agricultores podem limitar a possibilidade de certificação de produções orgânicas vizinhas. Esta possibilidade já é percebida por alguns dos entrevistados, sendo talvez mais um aspecto limitante na implantação de produção agroecológica nos assentamentos.

A destinação de créditos de consolidação dos assentamentos pelo INCRA não direciona nem viabiliza a compra de agrotóxicos, e de preferência não possibilita o plantio de monoculturas que oferecem maiores riscos de perdas e possibilidade de evasão do lote. O objetivo desses créditos é estruturar os assentados para se manterem mais autônomos e com diferentes fontes de renda.

### ***A prestação de serviços de ATEs (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) pela COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos)***

Os agricultores entrevistados recebem acompanhamento de um programa de prestação de serviços do INCRA, denominada Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES). Essa política tem como objetivo oferecer apoio aos assentados desde sua adaptação às características do lote até a sua consolidação, e busca efetivamente suprir necessidades das famílias nos aspectos técnicos, sociais e ambientais.

A ATES tem como referência a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e segue o Manual Operacional de ATES (2008). A influência da PNATER se caracteriza na forma como a atuação é orientada para princípios agroecológicos, tem caráter público e gratuito ao conjunto dos agricultores assentados e sugere a revisão do papel profissional dos extensionistas, principalmente por colocar-se em contraposição aos modelos de difusão de tecnologias e da revolução verde (PICCIN et al., 2012).

Para Dalbianco (2012), a partir do Manual Operacional da ATES (INCRA, 2004), o governo passou a assumir a ATES como um processo educativo continuado e sistêmico, onde o característico termo “assistência” foi substituído por “assessoria”, se exigindo um processo mais complexo do que a assistência técnica tradicional, requerendo um maior envolvimento dos técnicos com os assentados e com a dinâmica regional e local.

O INCRA terceiriza essa prestação de serviços através da contratação de organizações especializadas. Esse método de contratação de serviços apesar de contratar um serviço coerente com as demandas sociais em seus princípios norteadores, tem em sua operacionalização a característica neoliberal, de contratação de serviços, que é prática dos governos inclusive na prestação de serviços públicos. Os técnicos se sentem inseguros por terem este tipo de vínculo, onde surgem incertezas da manutenção dos contratos e um emprego estável. Essa relação em seu caráter operacional por si só coloca em risco a efetiva realização de um serviço durável e de qualidade ao inserir os técnicos em um ambiente profissional de pouca estabilidade, o que se percebe pela alta taxa de rotatividade de técnicos (PICCIN et al., 2012).

No RS, têm contrato com o INCRA três prestadoras de serviços. Na região que abrange os assentamentos do presente estudo, denominada Núcleo Operacional 19, a prestadora contratada é a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), uma cooperativa do MST que segue parâmetros tanto da PNATER como das demandas do movimento sem terra.

No RS são atendidas 11.011 famílias assentadas em 87 municípios, dispostas em 303 projetos de assentamento, e assessoradas por 132 técnicos. A média de famílias atendidas por técnico é de 80 famílias para cada profissional (INCRA SR 11/RS, 2008, 2011 apud DALBIANCO, 2012).

Na prática da ATES nos assentamentos considera-se que ela não pode ser considerada independente em relação a seu papel em assessorar a produção e a vida dos

assentados quando comparada a outros fatores que influenciam a realidade dos assentados. Para Piccin et al. (2012) não se pode dissociar as possibilidades de ação, influência e de trabalho dos técnicos de ATES com a consideração de que são parte de um campo de poderes assimétricos que assumem importante papel na conduta dos assentados, formado por um conjunto de agenciamentos que instituem o assentamento enquanto espaço social. Entre esses agentes e instituições do espaço social, Piccin et al. (2012, 45 p.) consideram principalmente:

[...] os agricultores assentados, as direções do MST, direções de cooperativas, direções do assentamento, agricultores vizinhos ao assentamento, redes de relações diversas, como grupos de cooperação e produção, redes mercantis regionais, e a assessoria técnica, que está submetida a uma dada institucionalidade do Programa de ATES.

Quando questionados sobre a qualidade do serviço de ATES da COPTEC, os assentados entrevistados expressaram diferentes pontos de vista. Para alguns, o trabalho da COPTEC é muito bom e próximo do agricultor, seguindo com os princípios da política da PNATER. Para outros, esse serviço deixa a desejar, principalmente no apoio técnico de produção e organização da propriedade, no apoio “*lá dentro da propriedade*”. Estes agricultores se referem a demanda por assistência individual que indiquem como plantar e qual a capacidade/viabilidade do seu lote. Esse processo é geralmente discutido em reuniões de grupo onde são apresentadas as linhas de produção e aos poucos são desenvolvidos projetos específicos. Parte dos assentados considera que o serviço só não é bom porque falta empenho da equipe técnica.

Uma outra linha de pensamento é de que a qualidade da ATES esbarra na falta de recursos do governo, principalmente na demora para liberação de créditos e pela excessiva burocracia do INCRA nessa liberação. Conforme um depoimento de um agricultor assentado, mesmo que a Assessoria técnica seja boa, não há como aplicar conhecimentos em ideias sem recursos financeiros. Isso reflete a opinião sobre a necessidade de apoio das políticas públicas para gerar condições favoráveis à reprodução socioeconômica.

Alguns consideram que faltam recursos e corpo técnico para a COPTEC atender mais amplamente os trabalhadores, principalmente por atender uma região muito grande e numerosa. Existe uma opinião geral de que a qualidade da assessoria teve progresso recentemente com novo quadro de profissionais. Isso também pode estar ligado ao aperfeiçoamento do programa ao longo do tempo. A assessoria técnica também é

percebida como muito importante na medida em que muitos chegam com outras culturas, ou sem conhecimento algum sobre a região, e começam a produzir sem acompanhamento, o que ocasiona muitos problemas, como o endividamento.

### *Associativismo nos assentamentos*

O MST incentiva o desenvolvimento de formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como: mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações e cooperativas, entre outras (MST, 2010). O modelo individualista para a agricultura familiar não é visto como alternativa viável nas formas de organização da produção. Diversas políticas públicas como as de crédito e de aquisição de alimentos também incentivam este tipo de organização como pressuposto para acesso aos programas (ROCHA; BRANDENBURG, 2003).

Na opinião dos entrevistados a efetivação destes sistemas de associativismo na forma de cooperativas ainda não acontece nos assentamentos visitados, em parte, devido ao pequeno tempo de criação dos assentamentos e a conseqüente falta de produção e condições para tal. Outro fator importante sob o ponto de vista da maioria dos entrevistados é que predomina a intenção de trabalhar sem cooperativas devido a experiências negativas de organizações criadas que faliram por má administração. Nesse sentido, entende-se que os riscos ainda são considerados mais fortes do que os ganhos do cooperativismo.

Por esses motivos a forma de cooperação tomada pelos agricultores são os grupos de produção. Nesses grupos alguns agricultores se unem temporariamente na execução de tarefas para comercialização em conjunto. Nessa forma mais flexível não existe tanto compromisso organizacional e a cooperação acontece na medida em que existe uma demanda temporária de trabalho que pode ser melhor desenvolvida em cooperação, por exemplo numa safra ou numa data limite para entrega de produtos.

Para um dos entrevistados, a construção de uma associação ou cooperativa envolve muito do dia a dia, é um compromisso maior. Considera que trabalhar em uma cooperativa é como se estivesse trabalhando empregado, e ainda que se deve ter horário e regras para não prejudicar os outros ou se beneficiar.

Percebeu-se pelas entrevistas que em um assentamento há um princípio de movimento associativo e, alguns entrevistados projetam, para breve um trabalho coletivo. Conforme depoimento de um assentado, porém é preciso mudar o pensamento de linha individual por ser um modelo ultrapassado. Segundo ele, é necessário inovar



conforme o ensinamento dos profissionais da área técnica. Para ele o “*atraso vem do berço*”, no modo individualista da própria sociedade, onde as pessoas tem medo de trabalhar em cooperação porque sempre acham que o outro quer tirar benefício e prejudicar os demais. Ele acredita que deve-se trabalhar a mudança dando a oportunidade de os assentados se conhecerem mais e criarem relações de confiança.

Apesar de muitos não participarem de cooperativas e associações, os assentados reconhecem os benefícios do trabalho em cooperação.

### ***Programas de compra direta de alimentos: PAA e PNAE***

Com o objetivo de adquirir alimentos de agricultores familiares, inclusive os assentados, o governo federal criou programas que incentivam a organização dos agricultores para abastecerem demandas institucionais e de outros programas governamentais de combate à pobreza.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é direcionado para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Este programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos, estimulando os processos de agregação de valor à produção (MDA, 2012).

Outra importante política é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que recebe 30% do orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para adquirir alimentos de agricultores familiares, priorizando os mesmos grupos atendidos pelo PAA (FNDE, 2012).

Nos assentamentos estudados ainda é incipiente a participação dos agricultores assentados nesses programas. Boa parte mostrou que não conhece estes programas.

Na opinião dos entrevistados que conhecem os programas, o problema volta ser as condições básicas de produção dos lotes, e também a infraestrutura e o crédito.

### ***Escoamento da produção***

Uma questão limitante do ponto de vista de analisar todo o processo de produção é a forma de seu escoamento. A maioria dos assentados entrevistados não conhecem ou não participam das formas de aquisição direto de alimentos do governo. Parte deles vende seus produtos em feiras. Isso leva a indagar quais as principais formas utilizadas

para escoar esses produtos. Deve-se considerar que a maioria dos produtos tem um curto espaço de tempo entre produção e consumo antes da deterioração. O risco de perder todo o investimento em capital, recursos naturais e trabalho é sempre presente na percepção dos agricultores entrevistados.

Houve relatos de produtos que não foram vendidos por não haver planejamento das formas de escoamento. Quando o escoamento ocorre, se dá por meio de pagamento de frete, ônibus, veículo próprio, veículo de vizinho em cooperação ou ainda pela venda direta por comprador que passa pelo lote, no caso de moradores na borda de rodovia asfaltada. Os pontos de entrega são feiras de produtor, comércio local ou agroindústrias.

### ***Relação entre assentados com a comunidade local e a prefeitura***

Na MS é notório que os trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária junto de movimentos sociais, principalmente o MST, encontrem forte resistência da sociedade local desde antes da criação dos assentamentos. Considera-se que no RS a forte resistência reflete a ameaça que esses movimentos representam para o controle do poder hegemônica dos grandes produtores rurais da Metade Sul. Estes se apropriam de meios de comunicação de massa, como o canal de televisão RBS com alcance de 99,7% das casas que possuem televisão no RS, onde inserem seu discurso com o intuito de deslegitimar as ações desses movimentos sociais (CRUZ, 2006). Foi neste contexto que se deram os primeiros projetos de assentamento rural na região em estudo.

Com o passar do tempo os assentados estabeleceram relações com a população local, principalmente com a prefeitura e com o comércio, onde a resistência tende a diminuir e se criam relações econômicas e sociais. Conforme os entrevistados, as prefeituras na maior parte dos casos se mostraram abertas para ouvir suas reivindicações. Apesar de não atenderem a todos pedidos e necessidades, algumas condições básicas foram disponibilizadas, mesmo que precariamente, como o transporte escolar no assentamento, o acesso à saúde, mesmo esporadicamente, e a liberação de caminhões pipa para abastecimento emergencial de água.

Na disponibilização de algumas condições básicas para a melhor qualidade de vida dos assentados, como de estradas e transporte escolar, existe em alguns municípios um conflito entre as prefeituras e o INCRA no direcionamento de recursos para essas demandas básicas. O discurso de algumas prefeituras traz uma análise de que o responsável por criar os assentamentos é quem deve providenciar as condições para seu desenvolvimento.

Considera-se que esse discurso traz consigo também algumas limitações das prefeituras em atender com qualidade as malhas viárias extensas dos municípios relativamente grandes da Metade Sul. Por outro lado, deve-se considerar que os municípios terão em seu território os resultados da reforma agrária na dinamização das relações entre o campo e a cidade com a criação de assentamentos, e isso refletirá em maior arrecadamento para a prefeitura.

Conforme os entrevistados, a comunidade ainda tem preconceitos com os assentados. No comércio a relação é melhor, muito por já perceberem a produção e a renda dos assentados refletindo em maiores vendas no município. Com a disponibilização de mais créditos para os agricultores a perspectiva é de que essa aceitação continue melhorando.

### ***Acesso a Educação***

Os filhos de assentados estudam em escolas próximas dos assentamentos, em escolas emergenciais ou em escolas definitivas nos assentamentos. A procura pela educação é atendida em todos os casos conhecidos pelos entrevistados, apesar de que muitos sofrem com deslocamentos a pé em distâncias superiores a 7 quilômetros para alcançar um ponto de passagem do transporte público escolar. Um dos motivos identificados que justifica a ampla participação dos filhos de assentados nas escolas mesmo com muitas dificuldades é uma obrigação imposta por política pública, nesse caso se os filhos menores de 18 anos não estudarem a família perde o auxílio bolsa família.

Em Instituições de Ensino Superior (IES) foi identificada a maior participação em Alegrete, na época das entrevistas, onde 6 filhos(as) de assentados estudavam cursos técnicos em IES localizada no município. Segundo um dos assentados objetivo destes estudantes é obter conhecimentos para posteriormente contribuir no desenvolvimento do assentamento.

### ***Infraestrutura básica***

A existência de infraestrutura básica é uma das condições mínimas para o desenvolvimento dos assentamentos e para a qualidade de vida das famílias assentadas. Os componentes de infraestrutura básica considerados nessa pesquisa são serviços que devem ser prestados por órgãos públicos, entre eles: rede de energia elétrica, rede de distribuição de água potável e estradas.

A energia elétrica atende a grande maioria dos lotes. Algumas exceções ainda existem mesmo com direitos de acesso como no programa do governo federal “Luz para Todos”.

A rede de distribuição de água é o maior déficit identificado. Não há rede nos assentamentos visitados, em alguns casos o que existe são os poços artesianos com água potável, mas são pontuais e não permitem amplo acesso e utilização. Para compensar esse problema, a maioria dos municípios oferece distribuição de água com caminhões pipa em períodos secos. Na maior parte do ano os assentados se utilizam de pequenos poços rasos ou de poços artesianos construídos individualmente. A ausência de água como fator de produção muitas vezes leva os assentados a uma dura e injusta decisão, entre usar a pouca água disponível na produção vegetal ou animal para gerar sua subsistência e renda ou para beber e sobreviver.

As estradas internas dos assentamentos e de ligação com as cidades e rodovias enfrentam diferentes problemas, e são na maior parte dos casos precárias, o que inviabiliza ou prejudica o transporte escolar, deslocamento de pessoas e escoamento da produção. O problema das estradas internas, na época das entrevistas, era na negociação do INCRA com a empresa licitada para fazer as obras necessárias e com a destinação de combustíveis do INCRA para a utilização em máquinas dos municípios. Nas estradas externas de acesso às cidades e rodovias onde a responsabilidade é do município, as situações são variadas e o problema consiste na incapacidade das prefeituras em atender as extensas malhas viárias.

Outro componente de infraestrutura básica identificado pelos entrevistados como demanda é o recolhimento de resíduos sólidos. O único assentamento onde a coleta ocorre em partes do assentamento é no Novo Horizonte II de Santa Margarida do Sul, o que pode ser justificado pela distância menor de 5 quilômetros entre a cidade e o assentamento. Como medida mitigadora, a tendência relatada por assentados é de reutilizar o máximo dos resíduos possível. O que resta é queimado ou enterrado.

A existência de fossa séptica nos lotes dos assentados foi também consultada. Os entrevistados afirmaram que ela é existente na maior parte dos lotes. É incentivada pela equipe técnica a construção de fossas biodigestoras, que diminuem o risco de contaminação das águas e ainda tem como resultado a produção de adubos livres de patógenos para utilização na produção de alimentos.

### ***Programas de combate à pobreza nos assentamentos***

Verificou-se nesse tópico a ocorrência entre os assentados do acesso à programas de combate à pobreza do governo. A importância em verificar esse aspecto se dá na medida em que se pode avaliar o estágio de desenvolvimento e autonomia dos assentados em relação a seu desempenho no lote como reflexo das condições básicas de infraestrutura e políticas de incentivo, além da capacidade de suporte ambiental da propriedade em termos de produtividade de sistemas agrícolas.

Entende-se que essa única variável não explica sozinha se os assentados estão adaptados ao lote ou se estarão num futuro próximo, mas indicam sobre a renda atual das famílias.

Conforme os entrevistados, a maioria acessa o programa “Bolsa Família” e também já acessou o “Luz para Todos”. Outra modalidade de apoio também foi acessada por condições limitantes ambientais (estiagem).

Esses resultados demonstram que ainda existe uma ampla quantidade de assentados que não alcançam níveis de renda para o sustento de sua família.

Na análise deste resultado é necessário ressaltar que nos assentamentos pesquisados a maior parte das políticas de crédito e da infraestrutura básica não foram ofertadas ou são precárias. Na medida em que essas condições forem oferecidas será necessária uma nova análise sobre a situação socioeconômica dos assentados e sua (in) dependência de políticas de combate à pobreza.

### ***Relacionamento entre famílias do assentamento (coesão social)***

O objetivo desse tópico foi identificar tendências quanto à existência de coesão social nos assentamentos entre as famílias, pois como sugere Mello (2006) a permanência no assentamento tem maior correlação com variáveis sociais, como o estado civil, religião, relações de parentesco e formação de grupos dentro do assentamento.

Os relatos dos assentados sobre a aceitação entre as famílias do assentamento foram de caráter positivo, demonstrando que apenas em casos pontuais existem conflitos explícitos.

Alguns assentamentos realizam encontros em todos os domingos, sendo alguns voltados à parte religiosa, um dos principais fatores de coesão social conforme Mello (2006).

Em outros casos as famílias se reúnem com objetivo de fazer reuniões em função de projetos, como assembleias deliberativas e questões burocráticas. Nesse caso foi

manifestado que os relacionamentos tem diferentes níveis de ligação afetiva, onde existem famílias unidas e outras isoladas, mas com respeito mútuo e trabalho focado nos objetivos comuns que os levam às reuniões. Nesse sentido alguns alegam que é um pouco cedo para criar uma confiança em pessoas que vem de lugares diferentes, com história de vida e outras culturas e, para muitos, desconhecidos.

No menor assentamento pesquisado, uma gleba com 7 lotes, existe uma relação bastante coesa entre as famílias, isto se deve, segundo relatos ao próprio projeto do assentamento, que levou em conta a coesão social existente advinda dos acampamentos do MST.

Foi relatado por alguns dos agricultores assentados que, em alguns assentamentos se formam alguns grupos cooperativos, com o intuito de comprar ou vender insumos e produtos, mas não de forma permanente, servindo mais como uma estratégia de colisão visando objetivos, mesmo que pontuais, comuns.

Os conflitos pontuais citados em entrevistas ocorrem devido a incertezas nas divisas de terras ou até mesmo por má conduta, onde alguns ex-assentados foram retirados do assentamento por denúncia junto ao INCRA. Isso demonstra que o grupo maior quando tem boas intenções acaba excluindo assentados que não tem as mesmas prioridades no assentamento, principalmente quando desestabilizam a coesão do assentamento.

Para os entrevistados, o distanciamento entre as diferentes famílias quando ocorre não é visto como problema, apenas em casos de pessoas que moram sozinhas e tem problemas com solidão e alcoolismo. Esse aspecto necessita de mais análise e vivência no assentamento para ser observado.

Existe demanda pelos assentados de espaços para realização de esportes e confraternização, que segundo os entrevistados requerem maior organização, já que de todos os assentamentos pesquisados nenhum tinha como prática o uso da sede<sup>5</sup> do assentamento para este tipo de atividade. A internet é uma demanda de alguns assentados, especialmente jovens, que se relacionam via redes sociais e buscam informações em sites.

Podemos afirmar que analisar a coesão social dos assentamentos exige ainda outras abordagens para uma observação mais profunda dos modos de organização e

---

<sup>5</sup> As sedes dos assentamentos da MS, geralmente são os prédios das antigas sedes das “estâncias” da região, que deveriam servir como espaço de uso comum para as atividades sociais e administrativas (reuniões).

reprodução social dos assentados. Entretanto, na análise neste trabalho pode-se observar que apesar do estágio inicial do assentamento existem relações de coesão social entre as famílias, apesar de certa precaução de alguns por ainda não estabelecerem relações de confiança. Nota-se que os assentamentos já excluíram pessoas que não compartilhavam dos objetivos comuns de uma boa convivência.

### **Considerações finais**

A política de reforma agrária na MS, a partir da década de 1980, deu origem ao um processo de distribuição de terras em alguns dos grandes latifúndios da região e coloca em curso inevitáveis mudanças nos aspectos hegemônicos tanto da política como das formas de produção agrícola da região.

A desconcentração fundiária e de renda, e do modo de uso dos recursos naturais provocados pelos assentamentos rurais na região traz consigo uma série de mudanças na dinâmica da paisagem e nas relações socioespaciais e culturais.

O processo de consolidação do desenvolvimento dos assentamentos na região ainda está em estágio inicial e carece de políticas públicas mais efetivas, especialmente no que se refere ao acesso a créditos e condições de infraestrutura.

Apesar da ineficiência das políticas públicas, percebeu-se que os agricultores assentados conseguiram neste período alguns avanços, no que se refere à manutenção de suas famílias, pois adotaram estratégias produtivas em que a valorização de um certo “modo camponês”, permitiu-lhes diferentes níveis de autonomia produtiva e a compreensão de aspectos que viabilizam a qualidade de vida, em contraponto a estratégias meramente econômicas. Algumas estratégias pluriativas com princípios multifuncionais aliados a processos cooperativos permitem-lhes condições adequadas de permanência no seu lote.

Este trabalho remete a possibilidade de aprofundar estudos mais sistemáticos e com abordagens relacionadas aos aspectos ecológicos, pois considera-se que aqui a concepção ambiental foi pouco considerada, mas se torna de extrema relevância ao considerarmos que os assentamentos na MS estão em um bioma peculiar, o Pampa.

### **Referências**

ABREU, L. S.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; OLLIVIER, G.; LAMINE, C.; DAROLT, M. L.; AVENTURIER, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba-PR, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro-RJ: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 3 ed. 400 p.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V.C.P; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. v. 2, n.4, p. 82-97, ago. 2007.

ANDREATTA, T.; BEROLDT, L.; WANDSCHEER, E. A. R.; MIGUEL, L. A. Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2009, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009. v. CD-ROM.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CRUZ, F. S. A cultura da mídia no Rio Grande do Sul/Brasil: o caso MST e Jornal do Almoço. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, p. 1-16, jul./dez. 2006.

CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; DIECKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria-RS: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010, v. 1, p. 155-179.

DALBIANCO, Vinicius Piccin. **O Processo de Avaliação e Monitoramento do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) para as Famílias Assentadas no RS**. 2012. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria.

FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2005. 3 ed. 653 p.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)**: Manual Operacional. Brasília, DF, 2004.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 11/RS. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/file/708relatorio-de-gestao-2010-sr11-rs?start=20>>. Acesso em: 18 novembro 2011.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

MELLO, P. F. **Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal



do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006. 227 p.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 30ª edição. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. 8 ed. 404 p.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST: Lutas e Conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2 ed., 2010. 54 p. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

PICCIN, M. B.; DALBIANCO, V. P.; TREVISAN, M.; PICCIN, M. B. Relações de poder e limites dos serviços de ates em assentamentos rurais. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria-RS, DEAER – CCR – UFSM, v. 19, n. 1, p. 45-74, jan.-jun. 2012.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

QUINTEIRO, M. C. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Travessias: a vivência da reforma agrárias nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 2 ed. 294 p.

ROCHA, J. M.; BRANDENBURG, A. Limites e desafios da agricultura familiar: a sustentabilidade em questão. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 8, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2003.

ROCHA, J. M.; ZANELLA, F. C.; CRUZ, R. C. Reforma agrária no Bioma Pampa: aspectos para repensar os métodos de desapropriação e distribuição de terras na Metade Sul do RS. In: VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2013, Porto Alegre. **Cadernos de Agroecologia**, 2013. v. 8.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 13, no. 2, p. 161-189, 2005.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 16, p. 164-184, abril 2001.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 328 p.